

Utopía y Praxis Latinoamericana

Dep. legal: ppi 201502ZU4650

*Esta publicación científica en formato digital
es continuidad de la revista impresa*
ISSN 1315-5216

Depósito legal pp 199602ZU720

Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social

Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Centro de Estudios Sociológicos y Antropológicos (CESA)



AÑO 20, N°70
Julio - Septiembre

2 0 1 5





NOTAS Y DEBATES DE ACTUALIDAD

UTOPIA Y PRAXIS LATINOAMERICANA. AÑO: 20, N.º. 70 (JULIO-SEPTIEMBRE), 2015, PP 99-106
REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFÍA Y TEORÍA SOCIAL
CESA-FCES-UNIVERSIDAD DEL ZULIA. MARACAIBO-VENEZUELA.

Transfigurações do espaço público na era digital

Changing Public Space in the context of the Digital Era

Maria ASSUMPTA COIMBRA

Instituto de Filosofia, Universidade do Porto, Portugal.

Resumen

Las tecnologías digitales actuales no pueden ser vistas como una mera novedad volátil y efímera, sino como perspectivas que potencian cambios profundos en las diferentes instancias del vivir humano. Ellas son objeto de la reflexión crítica con el fin de descubrir y descifrar en los tejidos de la globalización, de la virtualidad y en las redes de la conectividad cuáles son los modos de apropiación del espacio público y cuáles las formas posibles para la (re)configuración humana, que defendemos, cimentados en valores universales, capaces de la asunción de una ciudadanía crítica, responsable y transformadora.

Palabras clave: edad digital; espacio público; globalización; redes sociales.

Abstract

Today's digital technologies should not be considered merely as a volatile and fleeting novelty, but rather as a means to motivate and effectuate profound changes in the different dimensions of the human experience. They should be the object of critical reflection with a view to decoding and understanding, within the mesh of globalisation, of virtual worlds, and in the webs of connectivity, the means of their appropriation of public space and what possible meanings can be given to the (re)configuration of the Human that we defend, built upon universal values and the assumption of an conscientious, responsible citizenship, that is able to bring about change.

Keywords: digital era; globalisation; public space; social networks.

PRESSUPOSTOS E IMPLICAÇÕES DA ERA DIGITAL

Hodiernamente não se pode escamotear as intromissões múltiplas e incisivas que o uso das tecnologias digitais provoca nos modos de apropriação do mundo natural e sociocultural, bem como na opção por atuações existenciais e formas de valorar a vida e de concretização de relações intersubjetivas e de adequação ao espaço público. Designadamente há que enfatizar e avaliar criticamente o avassalar de procedimentos de hiper-conexão generalizados, permitindo interações entre as pessoas de modo distribuído, em tempo real e sem hierarquias, por sua vez, transfigurando o espaço público. Tudo isto, também com incidências fulcrais em termos de sociabilidade, na assunção de outros contextos de trabalho, aprendizagem, produção de conhecimentos, participação política e cívica e convivência em geral.

As tecnologias digitais em rede interpõem-se e influem nos modos de apropriação do espaço público. Incentivam-nos a habitar mundos plurifacetados, versáteis, simulados e mesclados e o consolidar de uma sociedade de fluxos¹. Transportam-nos para ecossistemas digitais onde fruimos diferentes modos de perceber e de estar com os outros na vida pessoal, profissional e sociocultural. Elas favorecem as ciberculturas, as redes sociais digitais, o acesso na Internet a grandes bases de dados e a mundos simulados ou virtuais onde podemos interagir com outras pessoas e com máquinas².

Enxergamos que as tecnologias digitais ocasionam uma dupla fratura com o paradigma analógico - mecânico, quer quanto ao modo do conceber a informação (produção por processos micro - eletrónicos), quer ainda na maneira de difusão da informação (modelo "todos - todos")³.

Avança-se para um paradigma comunicacional que dilacera o discurso único hegemónico, unívoco e unidirecional, assente na forma "um - todos", a favor da hiperconexão e da participação comunicativa em que todos podem emitir. Isto porque os novos meios possibilitam não apenas o poder de cada indivíduo determinar os seus hábitos comunicacionais (as informações a consumir), mas também a capacidade de ativamente expressar-se no circuito da comunicação. Progrediu-se de uma cultura de massas, "copyright", fechada e centralizadora para uma cultura "copyleft", aberta, colaborativa e individualizada. Esta materializada na crescente troca de informação e de conhecimentos e no trabalho coletivo partilhado sob diversos formatos: Web, chats, e-mails, blogs temáticos, fóruns de discussão, software livre, jogos online, plataformas interativas, redes sociais.

- 1 CASTELLS, M (1996). "Fluxos, Redes e Identidades: Uma Teoria Crítica da Sociedade Informacional", in: CASTELLS et al (1996). *Novas Perspectivas Críticas em Educação*. Editora Artes Médicas Sul, Porto Alegre.
- 2 Além da tradicional comunicação pessoa a pessoa, constata-se o multiplicar de interações entre pessoas e máquinas, de máquinas com máquinas e o aparecimento de redes sensoriais e da "Internet das Coisas" (*Internet of Things* - IoT). Na cadeia informacional as máquinas de aprendizagem automática (*machine learning*), caracterizadas com «inteligência integrada» e que comunicam e interagem através de *software*, constituem um meio de assistência na interpretação semântica de volumes massivos de bases de dados e em texto, e também de ajuda na análise e valorização da informação através de sistemas de classificação e de sistemas de recomendação.
- 3 Em termos de dispositivos comunicacionais, ou seja, da relação entre os participantes da comunicação, Lévy remete para a distinção entre três categorias: "um - todos", "um - um" e "todos - todos". Como exemplificativo de uma estruturação com base no princípio "um - todos", menciona a rádio, a televisão e a imprensa, com a presença de um centro emissor a enviar mensagens para um número considerável de recetores passivos e dispersos. Nestes "media" clássicos, além da nítida separação entre o emissor e os recetores, com as mensagens difundidas estabelece-se um contexto comum impositivo, não acordado transversalmente e que não resulta das ações dos recetores. Como sintomático de uma comunicação "um - um", de uma organização recíproca entre interlocutores através de contactos ponto para ponto ou de indivíduo para indivíduo dá como exemplo o telefone e o correio. Aqui verifique-se a existência de uma comunicação mútua, mas não é possível efetivar-se a construção de um contexto comum e o concretizar de uma visão global do que acontece no conjunto da rede. E como elucidativo de um dispositivo "todos - todos", de um contexto comum, de uma forma cooperante onde os participantes enviam mensagens suscetíveis de serem acedidas e respondidas por todos os membros, temos a conferência eletrónica, "os mundos virtuais multiparticipantes, os sistemas de aprendizagem ou de trabalho cooperativo, ou mesmo a uma escala gigante, o WWW". LÉVY, P (2000). *A Cibercultura*. Instituto Piaget, Lisboa, p. 67.

O mundo digital propaga-se incomensuravelmente, implementando um novo ecossistema que provoca diluições de fronteiras (real e virtual, homem e máquina), novos modelos (redes sociais virtuais, realidade aumentada, “Internet das Coisas” (*Internet of Things* - IoT) e novas interações mediante o acesso a ativos de computação distribuídos nas Nuvens (*Cloud*), na designada era Pós-PC. Também é premente perceber que estão a surgir toda uma série de propriedades emergentes da interação entre humanos e máquinas e, é necessário refletir acerca desta coexistência.⁴

Participamos numa nova era patenteada com modelos digitais que irrompem nas mais diversas situações, condições, aplicações, ferramentas e *interfaces*. Imergimos num ecossistema cada vez mais numérico. Interagimos num ecossistema digital onde são cada vez mais hegemónicas noções como virtualidade, digitalização, imaterialidade, instantaneidade, ubiquidade, omnipresença, simultaneidade, desterritorialização, imediatismo ... mas também ciberespaço, hiper-conexão, ecrãs holográficos, dispositivos móveis (consolas, *smartphone*, *tablet*, *portatil*, *smart TV* ...), ambientes tridimensionais, modelização e simulação de ambientes remotos... *Big Data* (dados massivos de informação), inteligência “data-driven” suportada por dados, *e-lancing* (plataformas de trabalho online) ...

O emprego da palavra “era”, aplicada à conjuntura atual, não significa apenas transitar para uma época diferente ou meramente consistir numa alteração de conteúdos. A digitalização introduz-nos noutra era, acrescentando novas matizes, planeamentos e assuntos e, sobretudo, são as próprias categorias conceptuais que sofrem transformações. A era digital faculta ferramentas e possibilita ambiências que são oportunidade para atuações e conceções que despromovem as categorias fundamentais outrora estabelecidas para conceber e estruturar o mundo, o conhecimento e para pensar o Humano e a sua existência histórica. É urgente pensar esta novidade e pressupor que tal não consiste em meros pensamentos novos, mas pensamentos que subvertem. Há que equacionar a transição do analógico ao digital e as consequências de mudanças que acarreta na usual medida humana para referenciar o mundo e a vida. Inclusive, nesta nova ambiência, interrogamo-nos acerca do debandar da categorização convencional acerca do Humano e da fragilização das fronteiras tradicionais para a sua delimitação.⁵ O humano está agora inserido nos fluxos comunicacionais, acometido pela instantaneidade tecnológica e posicionado face à materialização de comunidades tecno-humanas e, mesmo, perante a perspectiva de transfiguração do humano em pós-humano. Nova ferida narcisística?⁶ Na senda das várias “feridas narcisistas” estamos no limiar de mais uma fissura, com o digital a desafiar o nosso equipamento biológico básico e as nossas perceções comuns? Tais posições lançam profundos desafios na consideração do Humano e pressupõem a complexificação da realidade, uma outra conceção de natureza humana e também outra explicação para a Natureza (enquanto φύσις).

4 Paralelamente ao aumento de tráfico de Internet móbil e da multiplicação dos objetos conectados (em casa, no emprego, no lazer...), novos robots não se restringem a tarefas repetitivas e automáticas, adaptando o seu comportamento em função dos sinais percebidos. E o mundo está cada vez mais a ser percebido como um grande oceano de dados (Big Data) explorado por super calculadoras cada vez mais possantes e intrusivas.

5 “O Renascimento propõe-nos um vasto catálogo de paradigmas de humanidade. E a verdade é que eles ainda nos servem de referência e até ainda usamos alguns dos termos com os quais os pensadores dessa época formularam a sua conceção do humano e da humanidade, embora o humano e a humanidade se tenham de medir hoje por outras fronteiras, que não já as da animalidade ou as da divindade (talvez as da ‘pós-humanidade!’)”. SANTOS, LG dos (2003). “Tecnologia e seleção. Variações sobre o futuro do humano”, in: *Dilemas da Civilização Tecnológica*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 52.

6 “Com Copérnico, o homem deixou de estar no centro do universo. Com Darwin, o homem deixou de ser o centro do reino animal. Com Marx, o homem deixou de ser o centro da história (que aliás não possui centro). Com Freud, o homem deixou de ser o centro de si mesmo (que também nem sequer existe, é apenas um lugar vazio, uma brecha, uma voragem) e aprendeu que ele próprio é constituído por uma estrutura, a estrutura da linguagem”. COELHO, EP (1967). “Introdução a um Pensamento Cruel: Estruturas, Estruturalidade e Estruturalismos”, in: FOUCAULT, M et al (1967). *Estruturalismo - Antologia de Textos Teóricos*. Portugalia Editora, Lisboa, p. XXXVIII-XXXIX.

E concomitantemente importa perceber que o uso de tecnologias da informação e comunicação digitais, nesta era marcada por uma espécie de determinismo tecnológico acelerado, exige a tomada de posições esclarecidas e reflexivas. Pelo que é uma questão chave da filosofia contemporânea refletir sobre o pensamento do digital nos seus pressupostos e nas suas implicações. A era digital em expansão abala as cosmovisões comuns e desafia novas especulações filosóficas. Implica outro prisma de análise e incita a mudanças nas nossas categorias interpretativas. É característica da nossa contemporaneidade a libertação da duração e da materialidade a favor da instantaneidade e da imaterialidade. É inofismável que estão a ser incentivados os modos de vida imediatistas, o existir aqui e agora global, em detrimento da consciencialização da sucessão temporal (ontem, hoje, amanhã). No contexto de uma cultura da instantaneidade, interessa perceber que a relação com os outros e com o mundo não passa, de modo indiscutível, pelo valorizar da tradição e das referências históricas, nem pelo viver junto e pelo projetar no futuro, do mesmo modo que acontecia no passado.

E a este respeito há que interrogar para que novos comunitarismos as culturas de rede nos reenviam e impõe-se descortinar quais o(s) sentido(s) da acentuação atual de fragmentação e de globalização. Porque a digitalização das relações sociais e da vida em geral, que constitui o deslumbramento contemporâneo, não deixa de transportar consigo sérias reservas e limitações, ao nível de uma possível hiper-fragmentação da realidade, de perda dos sentidos tradicionais de comunidade e de realidade, paralelamente à tendência, aparentemente contraditória, de globalização, omnipresença e unilateralidade. Em vez de globalização e de comunitarismo, as investidas podem pender para a acentuação de individualismo, para o risco de hipostasiar dos valores e de preocupações comuns cimentadas à nossa volta. Ou, ainda, para a híper-fragmentação da realidade e para a convergência de atuações, numa visão limitada, parcialmente facciosa da realidade e dissimuladora da vida. Em lugar da participação ativa e do crescimento do conhecimento, na amálgama de tanta informação, podem emergir a contemplação, o consumo circular, a perda de prioridades veiculadas e o mero mercado informativo e o economicismo.

Também há que estar de sobreaviso face a uma acentuada orientação neoliberal de cariz essencialmente economicista e para as consequências, em termos de uma apropriação unidimensional da existência humana. A conseqüente compressão espaço-tempo da globalização, como observa Ball, conduz ao estabelecimento de uma nova cultura de desempenho competitivo e ao emergir um novo tipo de cidadania mundial.

Há que acautelar perante um paradigma de gestão pública com a tónica na eficiência, flexibilidade, eficácia, competitividade, pragmatismo, gestão descentralizada e deshierarchicalizada, por sua vez, fortemente condicionado pela era digital que atravessamos. Este paradigma de gestão pública é, simultaneamente, propulsor de uma nova cultura de desempenho competitivo que, pelas exigências de mercado, põe a tónica num sujeito consumidor, produtor e empreendedor e que, como valores hegemónicos, se pauta pela competição, autointeresse e individualismo⁷.

7 O rumo determinante deste paradigma vai no sentido da valorização da produtividade, das competências empreendedoras, da performativa competitiva, ou seja, das "habilidades economicamente valorizáveis", assim como da ênfase das qualificações e conhecimentos para o crescimento económico. A orientação dominante, cada vez mais, consistirá na adaptação aos incentivos do mercado, em satisfazer uma "civilização comercial". BENTON, T (1992). "Adam Ferguson's critique of the 'enterprise culture'", in: HEELAS, P & MORRIS, P (Eds.). *The Values of the Enterprise Culture: the moral limits of markets*. Routledge, London, p. 118) ou contribuir para o mantimento de um "MacMundo" conduzido pelos interesses das indústrias culturais globais". BALL, S (2001). "Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Curriculo sem Fronteiras*", 1, 2, pp. 99-116. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1/iss2/articles/ball.pdf> p.101. Os ditames economicistas influenciam as decisões políticas e superentendem nas medidas educativas. Inclusive, sintomas desta harmonização podem ser encontrados em conceitos como "sociedade de aprendizagem e do conhecimento", "economia baseada no conhecimento", hoje

Ainda chamamos a atenção para o facto de este estar conectado ou “ligado” permanentemente em redes digitais, por si só, não traduz um genuíno enraizamento comunitário, mas apenas pode significar gosto por interagir, expressar, partilhar, estar disponível para partilhar o espaço público. Defendemos também que a apropriação do espaço público não pode restringir-se ao florescimento de comunidades virtuais digitais constituídas com base em afinidades de ordem emocional ou intelectual, onde os indivíduos se manifestam com ou sem pseudónimos, através ou não de compromissos duradouros ou institucionais e se interligam de modo voluntário e rápido. Do mesmo modo que a tónica não pode ser essencialmente colocada na emoção, no lúdico, nas experiências imediatas em detrimento de momentos duradouros de reflexão.

ESPAÇO(S) PÚBLICO(S) E GLOBALIZAÇÃO

Insistimos que a era digital introduz outros cambiantes e despoleta outras aceções e apropriações do espaço público outrora inconcebíveis. Começa a ser maioritária a presença contínua das pessoas nas redes sociais, os relacionamentos multicanal, o trabalho em linha e as atividades multiplataforma, multitarefa, multifunção.

Diferentemente do tradicional modelo de espaço público, como local físico para as relações intersubjetivas e materializado em ruas, praças e ágoras, na sociedade contemporânea, utilizam-se também os espaços virtuais como lugares de encontro, de convívio, aprendizagem, negócio e de discussão. E estes não podem ser olvidados mas sim avaliados em termos do exercício da cidadania, porque hoje “pode-se ser cidadão ativo sem se sair à rua”⁸.

Concomitantemente há o usufruto cada vez mais expansível de criação de ambientes imersivos, onde a experiência virtual é incorporada e exibida com aspetos do mundo real envolvente. Os protótipos tecnológicos (écrans, computadores, tablets, consolas, smartphones...) irrompem e misturam-se no nosso mundo real e vivido de um modo invasivo e entrelaçado começando a ser familiares os conceitos de realidade aumentada, realidade integrada, “virturealidade” e “Internet de coisas” para expressar a comunicação com os outros e designar a interligação com os objetos.

O espaço público fragmenta-se, polariza-se, descentraliza-se acentuando estilos de sociabilidade e modos de convivência entre semelhantes, em círculos sociais restritos e em espaços virtuais homogêneos e diferenciados, sem relação entre si. No ciberespaço e com o poder ubíquo e rizomático inegável das redes digitais, a centralidade espacial deixa de representar as funções que lhe estavam cometidas e nenhum lugar específico e exclusivo é privilegiado⁹.

em dia, utilizados de modo sistemático. Esta atitude é ainda elucidativa das propriedades salvíficas doravante atribuídas à educação e ao conhecimento face aos atuais problemas socioeconómicos.

8 ECHEVERRÍA, J (1994). *Telepolis*. Ediciones Destino, Barcelona, p. 54.

9 O conceito de rizoma remete para a articulação transversal de uma multiplicidade aberta de pontos de vista, para a multiplicação de junções entre nós díspares e para uma diversidade móvel de centros numa rede aberta, sem a existência de limitações a priori. O rizoma não tem um eixo genético como estrutura, ele é avesso à centralização e a hierarquias superiores. O rizoma reenvia para os efeitos holográficos de envolvimentos parciais e diferentes em toda a parte dos conjuntos nas suas partes, para a dinâmica autopoiético e auto-organizadora de populações mutantes que, simultaneamente, formam, expandem, modificam um espaço qualitativamente diverso, um panorama marcado por singularidades. DELEUZE, G & GUATTARI, F (1992). *O que é a Filosofia?* Editorial Presença, Lisboa, pp: 36-56 e DELEUZE, G & GUATTARI, F (2007). *Mil Planaltos. Capitalismo e Esquizofrenia*. Assírio & Alvim, Lisboa, pp. 21- 49. O rizoma relaciona-se com um mapa que tem de ser produzido, construído, sempre demonstrável, conectável, invertível, modificável, com entradas e saídas múltiplas, com as suas linhas de fuga” (*idem, ibidem*). Pelo que em oposição aos “sistemas centrados (mesmo policentrados) com comunicação hierárquica e ligações pré-estabelecidas, o rizoma é um sistema acentrado, não hierárquico e não significante, sem General, sem memória organizadora ou autómato central, unicamente definido por uma circulação de estados” (*idem, ibidem*).

A tendência atual converge para a deslocalização e para a fragmentação de interesses específicos, em lugar de pertença a uma mesma comunidade, percecionada como um todo organizado com base numa identidade hegemónica ou dominante. E tal acontece sem a acentuação de uma forma espacial precisa e de coexistência hierárquica entre diferentes e estranhos ou entre familiar e desconhecido.

Nesta linha conceptual que temos vindo a salientar, a globalização, constitui uma malha simbólica fundamental na organização e estruturação da mundividência hodierna, reenviando para o modo de propagação de práticas / experiências, através de dispositivos técnicos. Neste sentido, a globalização é vista em articulação e condicionada por uma modalidade específica de tecnicidade e, conseqüentemente, ligada a conceitos como: rede, informação e dispositivo. Pelo que o termo globalização será a metáfora expressiva da diminuição das barreiras espaciais, entendida como esfera de assunção e de irradiação da instantaneidade, comum a todos e onde tudo, a todo o momento, se joga¹⁰.

Malogradamente, numa perspetiva estritamente pessimista, a globalização pode restringir-se a uma enorme exequibilidade de interação num universo irregular, imediato e não formatado. E conseqüente, apenas ocasionar que os nossos anseios, os nossos gostos possam ser realizados sem recurso às mediações e ao diferido. E assim, a globalização pode não contribuir para o despontar de um mundo comum à escala planetária, isto é, resultado de um processo coletivo em construção permanente.¹¹ Porque o comum não é apenas o que é partilhado, fruto de adesões espontâneas, mas também o que se antecipa em comum e se cria numa comunidade a partir de um ponto de partida comum e implicando compromissos, empreendimentos comuns, coesão, empenhamento e envolvimento coletivo e relações interpessoais sustentadas.

Globalização não acarreta, por si só, a universalização dos projetos coletivos e a partilha genérica dos valores. Se conduz à homogeneidade, à compressão do espaço e do tempo, à erosão de fronteiras e de barreiras geográficas, também cria dissemelhança, heterogeneidade e não nulifica a diversidade cultural.

Em verdade, hoje a respeito do espaço público é mais esclarecedor reenviar para uma pluralidade de esferas públicas e de espaços globais diversos (sociedades, redes sociais diferentes), para locais digitais de convívio e comunicação do que invocar a ideia da materialização de locais. Presentemente multiplicam-se os novos ágoras eletrónicos, simultaneamente, suscetíveis de ser observados como fatores de construção de conhecimento, de enriquecimento subjetivo e interpessoal, quer como sítios do alastrar do ócio, do negócio, do mercantilismo e do uso e abuso da informação pela informação, uma espécie de “Hyde Park de fim de milénio”¹².

10 Segundo Carmelo, na atualidade, o conceito ambíguo e gasto de “globalização” passa a ser um sinal chave que possibilita, simultaneamente, explicar, estruturar e filtrar a realidade. A globalização passa a ser entendida como uma “espécie de capacidade anterior” que o sujeito global conserva e também percecionada como a “forma como imaginamos simbolicamente o mundo de hoje”. CARMELO, L. (1999). *Anjos e meteoros*. Editorial Notícias, Lisboa, pp.104,105. De acordo com Carmelo o termo globalização, “mais do que um quadro ou do que uma categoria (...) designa antes uma situação que inevitavelmente gera uma súmula de condições de possibilidade de manifestações permanentes de instantaneidade. O global é, portanto, neste quadro, o atributo de cada situação particular de instantaneidade que as condições da própria globalização tomaram possíveis, numa dada fração de espaço e de tempo” (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/carmelo-luis-sujeito-global.html>).

11 No dizer de Carlo Galli, a globalização pode ser denotada como uma virtualidade informe que não é pluralidade mas mera dispersão e que expõe qualquer ponto imediatamente à totalidade. A globalização potencialmente suprime as distâncias e faz com que o mundo seja articulado numa espécie de imediatismo universal. “A espacialidade universal e amorfa da globalização não é uma imediatez simples, natural, mas a imediatez universal das mediações”. GALLI, C. (2001). *Spazi politici. L'età moderna e l'età globale*. Il Mulino, Bologna, p. 170.

12 DELARBRE, RT (1996). *La Nueva Alfombra Mágica - Usos y Mitos de Internet, la Red de Redes*. Producción Editorial Tabapress, Fundesco, p. 140.

Conjuntamente ao já mencionado cabe focalizar na própria noção de “público” e estimar as modificações surgidas na sua significação. Acontece que aquilo que vale como público e privado é de ordem cultural e histórica. E por conseguinte, a convencionalidade e funcionalidade da sua delimitação está sujeita a variabilidade, a ambiguidade e redefinição em termos históricos e sociológicos. Se em grego a aceção de “público” indicava algo visível aos olhares, ao juízo e à aprovação da comunidade, constituindo o espaço público o espaço cívico do bem comum, contrariamente ao espaço privado, dos interesses particulares; no tempo presente as atribuições de público e de privado sofrem alterações no sentido de incerteza de fronteiras e de dificuldade em se estabelecer com exatidão as barreiras onde começa o público e onde acaba o privado. Ou seja, atualmente existem contrariedades no delimitar as dimensões da vida privada e as exigências do mundo comum, este último caracterizado como interação comunicativa, de partilha com os outros e de construção de significações comuns, de identidades coletivas.

Dentro desta ordem de ideias há quem evoque a necessidade de uma nova reflexão sobre o conceito de espaço público ultrapassando a sua conceção de mero lugar onde as opiniões se tornam públicas¹³.

Em nossa opinião, tudo o que foi descrito a respeito da noção de espaço público subentende a inevitabilidade de uma extensão do conceito para além das suas delimitações tradicionais. Também pressupõe que na atualidade existe enorme dificuldade em configurar espaços comuns e o sustentar vínculos de pertença a um mundo comum assente na universalização de valores. O mesmo se diga, acerca da necessidade de ampliação da denominação de global, perspetivada como a impossibilidade de alguém ficar excluído, não vinculado, isolado, a salvo ou condenado, no seu exterior. O fenómeno da globalização tem de reenviar para espaços públicos delineados como locais de encontro e de enriquecimento mútuo, por conseguinte, de não contraposição do interesse particular ao interesse comum, de não oposição entre o aqui e o acolá e de não supressão do estranho.

Bibliografia

- BALL, S (2001). “Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*”, 1, 2, 99-116. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>
- BENTON, T (1992). “Adam Ferguson’s critique of the ‘enterprise culture’”, in: HEELAS, P & P. MORRIS, P (Eds.). *The Values of the Enterprise Culture: the moral limits of markets*. Routledge, London.
- CARMELO, L (1999). *Anjos e meteoros*. Editorial Notícias, Lisboa.
- CASTELLS, M (1996). “Fluxos, Redes e Identidades: Uma Teoria Crítica da Sociedade Informacional”, in: CASTELLS et al (1996). *Novas Perspectivas Críticas em Educação*. Editora Artes Médicas Sul, Porto Alegre.
- CASTELLS, M (2002). *A sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

13 INNERARITY, D (2006). *O Novo Espaço Público*. Editorial Teorema, Lisboa. Examina e indaga o significado do conceito de “público” na sociedade contemporânea face ao imediatismo da política estratégica e da estruturação dos espaços globais abstratos. Saliencia a necessidade de ser tida em conta a dimensão mundial do novo espaço público face aos novos cenários da globalização e à presença de comunidades definidas para além das delimitações tradicionais.

- CASTELLS, M (2004). *A galáxia Internet*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- COIMBRA, ASSUMPTA, M (2010). (Des)Humano demasiado (Des)Humano – *O Homem na Era Digital. Uma reflexão com Pierre Lévy*. Afrontamento, Porto.
- COELHO, EP (1967). “Introdução a um Pensamento Cruel: Estruturas, Estruturalidade e Estruturalismos”, in: FOUCAULT et al (1967). *Estruturalismo - Antologia de Textos Teóricos*. Portugalia Editora, Lisboa.
- DELARBRE, RT (1996). *La Nueva Alfombra Mágica - Usos y Mitos de Internet, la Red de Redes*. Producción Editorial Tabapress, Fundesco.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F (1992). *O que é a Filosofia?* Editorial Presença, Lisboa.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F (2007). *Mil Planaltos. Capitalismo e Esquizofrenia*. Assírio & Alvim, Lisboa.
- ECHEVERRÍA, J (1994). *Telepolis*. Ediciones Destino, Barcelona.
- GALLI, C (2001). *Spazi politici. L'età moderna e l'età globale*. Il Mulino, Bologna.
- INNERARITY, D (2001). *Ética de la hospitalidade*. Península, Barcelona
- INNERARITY, D (2006). *O Novo Espaço Público*. Editorial Teorema, Lisboa.
- LÉVY, P (1997). *A Inteligência Coletiva. Para uma Antropologia do Ciberespaço*. Instituto Piaget, Lisboa.
- LÉVY, P (2000). *A Cibercultura*. Instituto Piaget, Lisboa.
- SANTOS, LG dos (2003). “Tecnologia e selecção. Variações sobre o futuro do humano”, in: *Dilemas da Civilização Tecnológica*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 149 - 168.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA



Utopía y Praxis
Latinoamericana

AÑO 20, N° 70

*Esta revista fue editada en formato digital y publicada en octubre de 2015, por el **Fondo Editorial Serbiluz, Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela***

www.luz.edu.ve
www.serbi.luz.edu.ve
produccioncientifica.luz.edu.ve